

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 06 de novembro de 2023 às 08h04
Seleção de Notícias

Exame.com | BR

Marco regulatório | INPI

Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual cria meta de 3 anos para concessão de patentes . . . 3
ÚLTIMAS NOTÍCIAS

G1 - Globo | BR

Pirataria

Cigarro contrabandeado: na rota do crime na fronteira, Paraná concentra 49% das apreensões do Brasil 4
P&R | ANA KRÜGER

Folha de Londrina | PR

04 de novembro de 2023 | Marco regulatório | INPI

Paraná é terceiro Estado em ranking de Indicação Geográfica 7

Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual cria meta de 3 anos para concessão de patentes

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

O Plano de Ação 2023-2025 da Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual (ENPI) foi lançado no fim de outubro com o objetivo de "garantir avanços em direção a um sistema de propriedade intelectual efetivo e equilibrado e que alavanque a competitividade e o social do Brasil", nas palavras do governo federal.

Publicado no Diário Oficial da União, o plano foi elaborado pelo Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI) e reúne 63 ações e 161 entregas em sete eixos de atuação.

Entre as mudanças estão medidas que prometem acelerar o tempo de decisão sobre . Em dezembro de 2022, o prazo era de 6,9 anos, que passou para 3 anos até julho de 2025. A meta é intermediária, uma vez que o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) prevê ações complementares para permitir a redução da meta para dois anos em 2026, como anunciado pelo vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (), Geraldo Alckmin (PSB).

A estratégia do novo plano é elevar a posição do Brasil da 6ª para a 3ª posição no ranking de países em número de registros de marcas, também passar da 12ª para 11ª posição em depósitos de **desenhos** industriais. A ENPI estabelece ainda a meta de aumentar de 227 para 450 os projetos de inovação beneficiados por mentorias e .

A secretária de Competitividade e Política Regulatória do , Andrea Macera, afirmou que "o prin-

cipal desafio para o Plano é manter uma atuação estratégica entre os diferentes atores atuantes no sistema de PI [propriedade intelectual], visando alcançar resultados mais efetivos e de maior impacto para a sociedade".

Segundo a secretária, que também é coordenadora do grupo, foram planejadas 161 entregas, com envolvimento de 18 órgãos de governo e de 11 instituições da sociedade civil.

Ao governo, Andrea destacou que um dos objetivos do plano é fazer a ponte entre o e a propriedade intelectual: "Mais da metade dos depósitos nacionais de **patentes** vem das universidades e não necessariamente se convertem em **transferência** de tecnologia para a indústria".

Ações

De acordo com o , as ações estão alinhadas à agenda do governo e às missões definidas pelo . Entre as iniciativas para atrelar a propriedade intelectual ao sustentável estão capacitações na região amazônica para geração de renda. Em nome da diversidade de usuários do sistema nacional de propriedade intelectual, haverá mentorias sobre o tema para capacitação de mulheres empreendedoras.

O plano cria ainda um núcleo de inteligência em propriedade intelectual para produzir, a cada semestre, um estudo para identificação de capacidades e .

Cigarro contrabandeado: na rota do crime na fronteira, Paraná concentra 49% das apreensões do Brasil

P&R

O Paraná concentrou quase metade (49%) das apreensões de cigarro contrabandeado registradas pela Receita Federal em 2022. No estado, 62% dos cigarros vendidos em 2022 vieram do contrabando - taxa muito acima nacional, de 41%.

Os dados fazem parte de um "raio-x" divulgado pelo Fórum Nacional Contra a **Pirataria** e a Ilegalidade (FNCP) sobre o mercado ilegal. Desde 2014 a pesquisa é feita anualmente pelo Instituto Ipec.

â â O levantamento revela que, de todas as mercadorias apreendidas em 2022 pelo fisco no Paraná, 73% são cigarros contrabandeados.

O perfil da fronteira coloca o estado como ponto de destaque na rota dos contrabandistas. O preço do cigarro contrabandeado é considerado o principal atrativo para quem consome o produto irregular (entenda os motivos a seguir).

Apreensões da Receita Federal no Paraná Dados de 2022 - em % Fonte: Receita Federal/FNCP De acordo com a Receita Federal, de 1º de janeiro de 2023 a 30 de setembro, foram cerca de 58,4 milhões maços de cigarro contrabandeado apreendidos no Paraná. Nos últimos anos, os cofres estaduais perderam bilhões de reais com a sonegação fiscal fruto do contrabando do produto.

Fronteira estratégica para criminosos O chefe da Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho da Receita Federal no Paraná e em Santa Catarina, o auditor-fiscal Tsuyoshi Ueda, explica que as características da fronteira paranaense aumentam o desafio do combate ao contrabando na região.

Na região norte do país, por exemplo, há trechos de fronteira em que a própria característica geográfica

impede ou dificulta esse tipo de crime. Porém, no Paraná, principalmente a fronteira com o Paraguai, é extremamente movimentada e conhecida.

Um dos exemplos é a Ponte da Amizade, que liga Foz do Iguaçu, no oeste paranaense, à Cidade do Leste, no Paraguai.

"Circula muita gente todo dia, muito veículo, muito caminhão, é um volume exagerado de trânsito de mercadorias, seja no comércio formal, ou no informal. E nós temos uma característica também especial ali que é o Lago de Itaipu com vários pontos clandestinos. São portos clandestinos que se instalam com quadrilhas, com organizações criminosas que atuam na região, e isso faz com que o Paraná seja privilegiado nessa questão da criminalidade", explica. O g1 procurou a Polícia Federal e questionou a corporação sobre o combate ao crime no estado. Porém, a corporação não quis se manifestar.

1 de 2

A Ponte da Amizade, entre Brasil e Paraguai - Foto: Prefeitura de Foz do Iguaçu/Divulgação

Bilhões deixam de ir para os cofres públicos O contrabando de cigarro tem um preço. Ao entrar no país de forma clandestina, o produto deixa de ser tributado, ou seja, o poder público perde de arrecadar impostos cobrados sobre o item.

Só em 2022, o contrabando de cigarro fez com que Paraná deixasse de arrecadar cerca de R\$ 1,22 bilhão - o valor superou a arrecadação com o mercado legal no período, de cerca de R\$ 800 milhões, conforme os dados do fórum.

Continuação: Cigarro contrabandeado: na rota do crime na fronteira, Paraná concentra 49% das apreensões do Brasil

Se considerados os últimos seis anos, o prejuízo gira em torno de R\$ 6 bilhões:

Sonegação fiscal do contrabando de cigarro Fonte: FNCP/Receita Federal/Estimativa da indústria A conta considera valores que deveriam ter sido arrecadados com o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

O advogado e presidente do Fórum Nacional Contra a **Pirataria** e a Ilegalidade (FNCP), Edson Vismona, explica que um dos grandes estímulos ao contrabando de cigarro é a diferença de impostos cobrados pelo produto no Brasil e no Paraguai - fabricante da maior parte os produtos apreendidos.

No país vizinho, os impostos sobre o cigarro giram em torno de 13 a 22%, enquanto a taxa cobrada dos consumidores brasileiros é de cerca de 70 a 90%, dependendo do estado.

"O fumante, especialmente de baixa renda, ele vai procurar o mais barato e ele vai encontrar o contrabandeado, ele vai no ponto de venda e fala eu quero o estrangeiro, ele nem pensa em comprar o brasileiro, porque é muito caro em comparação com o contrabandeado." Vismona destaca que as alíquotas aplicadas no Brasil sobre o cigarro estão dentro da média defendida pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

2 de 2

Pesquisa revela que quase metade do cigarro ilegal entrou no Brasil pelo Paraná, em 2022 - Foto: Pixabay

Cigarro financia outros crimes O advogado e presidente do Fórum Nacional Contra a **Pirataria** e a Ilegalidade (FNCP) afirma que o contrabando de cigarro financia organizações criminosas por ser considerado um crime de baixo risco e alto lucro.

"Nós identificamos em um dos documentários que nós fizemos, no meio da carga você tinha armas, cocaína, cigarros, tudo junto, é a mesma logística. Então, está tudo interligado. Quem fala 'ah, mas é só contrabando de cigarro', não é verdade. As ações policiais demonstram isso, a interação direta do contrabando de cigarros com arma, munição e cocaína e drogas em geral."

Barato que sai caro A pesquisa realizada pelo Ipec Inteligência no ano passado revela que, no Paraná, o cigarro contrabandeado era vendido por preço 74% mais barato do que o produto legal.

Além de não passar pelo fisco, o cigarro contrabandeado não passa por autoridades reguladoras como a **Agência** Nacional de Vigilância Sanitária (**Anvisa**), aumentando ainda mais os riscos do consumo de um produto cuja procedência não é certificada.

O chefe da Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho da Receita Federal no Paraná e em Santa Catarina destaca que comprar o cigarro contrabandeado prejudica a economia e, conseqüentemente, traz reflexos na saúde e na educação públicas, por exemplo.

O combate ao contrabando, argumenta o auditor-fiscal, passa pelo trabalho das polícias e do fisco, mas também da conscientização das pessoas.

"Fazer com que as pessoas entendam que, quando você compra produto irregular, especialmente falando

Continuação: Cigarro contrabandeado: na rota do crime na fronteira, Paraná concentra 49% das apreensões do Brasil

da questão dos cigarros contrabandeados, ele não está simplesmente levando alguma vantagem num preço menor, ele está prejudicando o país, está prejudicando a economia, está prejudicando a saúde pública, porque algum reflexo na saúde pública, no atendimento numa UPA, no hospital, vai acabar acontecendo", alerta.

VÍDEO: os mais assistidos do g1 PR Mais notícias do estado em g1 Paraná.

Paraná é terceiro Estado em ranking de Indicação Geográfica

O primeiro produto a ser certificado em **Indicação Geográfica** foi o Vinho do Porto, em Portugal em 1/56

mações completas sobre determinado produto, como o histórico, por exemplo, deve ser protocolada no **Inpi**, órgão que concede a **Indicação Geográfica**.

"O reconhecimento de determinado produto fomenta toda a economia. São restaurantes, lojas, hotéis, o turismo em geral se beneficia. Além disso, o produto se torna mais fácil para exportação", explica Maria Isabel Guimarães. O Sebrae age como consultor, dando apoio aos proponentes em questões como documentação e divulgação.

BARREADO

O Barreado do Litoral do Paraná recebeu a certificação de **Indicação Geográfica** em dezembro do ano passado. Os municípios envolvidos são Antonina, Morretes e Paranaguá. Por semana, essas três cidades servem 7 mil refeições.

O prato é feito essencialmente à base de carne de gado, toucinho, cebola, louro, cominho, sal e pimenta. É servido com arroz branco, banana-maçã e laranja de acompanhamentos.

O pedido ao **Inpi** para receber a certificação partiu da Arsimer (Associação de Restaurantes e Similares de Morretes e Região).

"A grande preocupação dos empresários que sempre trabalharam com o barreado era o seu reconhecimento oficial, pois assim conseguiríamos preservar a sua história, seu modo de fazer e servir", destaca Cynthia de Cássia Madalozo, presidente da entidade.

Comercialmente, o prato começou a ser preparado e

servido a partir de 1970. "Os restaurantes dão início a uma corrente. Posteriormente essas pessoas ficam em pousadas, gastam nas lojas de artesanato, nas barracas das feiras, postos de gasolina. Os funcionários, por sua vez, fazem compras nas lojas e supermercados locais", destaca.

Tânia Laffitte é sócia do Restaurante Madalozo, em Morretes. O estabelecimento foi inaugurado em 1967 e começou a servir o barreado em 1972, prato que acabou caindo no gosto dos curitibanos que iam aos finais de semana para o município turístico.

"Após esta certificação, sentimos que a nossa responsabilidade como empresa ficou bem maior em relação aos nossos clientes, aos funcionários e às gerações futuras. Devemos preservar e difundir essa vocação turística. Por meio do barreado, são gerados muitos empregos para a população local, não precisando se deslocar para outras cidades", conclui.

BALAS DE BANANA A produção de balas de banana em Antonina, litoral

paranaense, rendeu a conquista da **Indicação Geográfica** há quase três anos. O município conta hoje com duas fábricas, Balas de Banana Antonina (bala verde) e Bananina (bala laranja), que começaram a atuar ainda na década de 1970.

As duas fabricas geram juntas mais de 50 empregos diretos e indiretos. ncluindo os produtores de banana, outras 100 famílias de produtores rurais da região são beneficiadas ao venderem a matéria-prima para a fabricação do doce.

Rafaela Takasaki Corrêa, diretora das Balas Antonina e presidente da Aprobam (Associação dos Produtores de Bala de Banana de Antoparaná São Paulo Santa Catarina e Morretes), está na terceira geração da família atuando na indústria, com início da

produção em 1979.

Ela relembra o início do processo para obtenção da **Indicação** Geográfica. "O Sebrae fez a proposta para a gente, fizemos treinamentos, estudamos o assunto e percebemos o quão importante seria ter essa chancela, para que o nosso produto fosse incontestável, já típico na região."

A empresária destaca que a conquista da **Indicação** Geográfica fez com que restaurantes começassem a incorporar a bala de banana em alguns pratos, sendo que os chefs passaram a utilizar a bala como ingrediente.

Até artesãos estão utilizando a fama do doce para incorporar a identidade visual às suas obras. "Ainda não conseguimos mensurar, mas já está acontecendo esse tipo de iniciativa."

Continuação: Paraná é terceiro Estado em ranking de Indicação Geográfica

A presidente da associação ressalta que o reconhecimento proporcionou mais visibilidade do produto, passando a conquistar mercados que valorizam esse reconhecimento, onde antes não havia tanta oportunidade.

"Há mais de oito anos estamos nesse processo, não é do dia para a noite. Estamos começando a ver os resultados agora, mas é muito gratificante sair dos muros das fábricas e se estender a outros CPF's e CNPJs", conclui.

Arquivo Pessoal

A empresária Rafaela Corrêa celebra a conquista da IG pelas balas de banana de Antonina há quase 3 anos

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório | INPI
3, 7

Inovação
3

Patentes
3

Desenho Industrial
3

Pirataria
4

Denominação de Origem
7